

ATUAÇÃO DO MPCE

- 25/02/2022 - MPCE discute com gestores municipais e estaduais alternativas para melhorar índices de vacinação contra a Covid-19 em crianças – MPCE
- 24/02/2022 - TJCE mantém sentença favorável ao MPCE e determina que Município de Fortaleza disponibilize apoio escolar para alunos com deficiência – MPCE
- 23/02/2022 - MPCE recomenda que conselheiros tutelares garantam direito à vacinação de crianças e adolescentes contra a Covid-19 em Santana do Acaraú – MPCE
- 22/02/2022 - DECON acompanha regularidade do aumento das mensalidades em creches e escolas privadas de Sobral – MPCE
- 21/02/2022 - MPCE fiscaliza reforma em cinco escolas e retorno às aulas presenciais em Barbalha – MPCE
- 16/02/2022 - MPCE apresenta recomendação sobre vacinação de crianças e adolescentes a entidades públicas e privadas da educação – MPCE
- 11/02/2022 - MPCE discute com Seduc e gestores municipais cooperação para fortalecer Busca Ativa Escolar – MPCE
- 08/02/2022 - Covid-19: MPCE já recomendou a 73 municípios urgência no cadastramento e vacinação de todas as crianças de 5 a 11 anos – MPCE
- 08/02/2022 - Promotoria de Justiça de Pentecoste faz recomendação às Secretarias de Educação do Município, de Apuiarés e de General Sampaio sobre exigência da vacinação contra Covid-19 – MPCE
- 07/02/2022 - Promotoria de Crateús faz recomendação à Secretaria de Educação do Município sobre exigência da vacinação contra Covid-19 – MPCE
- 04/02/2022 - Nota de Esclarecimento – MPCE
- 04/02/2022 - Secretaria de Educação de Madalena anula edital de seleção – MPCE
- 03/02/2022 - Covid-19: MPCE recomenda que conselheiros tutelares garantam direito à vacinação de crianças e adolescentes em Fortaleza – MPCE
- 02/02/2022 - MPCE ajuíza Ação para Município de Fortaleza liberar recursos e diminuir prazos para confecção das carteiras de estudante de 2023 – MPCE

01/02/2022 - Barbalha: MPCE discute retorno presencial dos alunos da rede pública e privada da Educação – MPCE

ATUAÇÃO DO OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

25/02/2022 - Promotoria de Bananeiras acompanha retomada do ensino presencial em sete municípios – MPPB

25/02/2022 - Servidores e Município de Camboriú selam acordo para retorno às aulas – MPSC

24/02/2022 - MP participa de evento internacional para discutir a importância do acesso à alimentação saudável – MPBA

24/02/2022 - Especialistas destacam durante webinar que vacinação infantil é obrigatória e segura – MPBA

24/02/2022 - Parceria entre MPMA e livreiros vai beneficiar escolas e bibliotecas comunitárias – MPMA

24/02/2022 - Promotorias da Infância da Capital, em parceria com o CAOIJ, discutem ações sobre Cultura de Paz junto aos profissionais da educação básica – MPPA

24/02/2022 - Retorno às aulas presenciais com biossegurança continua mobilizando MPPE – MPPE

24/02/2022 - MPPI acompanha execução de políticas públicas de educação infantil em Demerval Lobão – MPPI

24/02/2022 - MPRJ ajuíza ação para que Valença retome as aulas presenciais em todas as suas escolas – MPRJ

23/02/2022 - MPAC requer ao Judiciário que Iapen adquira e agilize entrega de itens básicos para reeducandos – MPAC

23/02/2022 - Mossoró: MPRN recomenda que Município regularize problemas em escola – MPRN

23/02/2022 - Liminar suspende lei municipal que veda o uso da chamada "linguagem neutra" em Criciúma – MPSC

22/02/2022 - MPAC fiscaliza aplicação de recursos para merenda escolar em Porto Acre – MPAC

22/02/2022 - MPAM recomenda retorno presencial dos servidores municipais e alunos da rede pública, em Fonte boa – MPAM

22/02/2022 - Justiça proíbe que Salvador realize novos contratos Reda para professores municipais – MPBA

- 22/02/2022 - MP aciona Estado de Goiás e município de Cocalzinho para garantir atendimento adequado à demanda de acesso à educação para alunos do ensino médio – MPGO
- 22/02/2022 - TACs proíbem municípios de custear transporte de universitários – MPMT
- 21/02/2022 - Temas da Área da Infância, Juventude e Educação são debatidos em Encontro Institucional na Regional de Goiânia – MPGO
- 21/02/2022 - Tramandaí: MPRS participa da Jornada Pedagógica promovendo a prevenção da violência contra a mulher na educação básica – MPRS
- 18/02/2022 - MPGO aciona município de Nova Crixás para garantir transporte escolar a todos os alunos da rede pública – MPGO
- 18/02/2022 - SÃO LUÍS - MPMA, Semed e Semosp realizam reunião em escola no Cajupary – MPMA
- 18/02/2022 - MPMT requer cumprimento de sentença referente a oferta de vagas em creches – MPMT
- 18/02/2022 - MPPA expede recomendações ao Município sobre carnaval e volta às aulas – MPPA
- 18/02/2022 - MPPR emite recomendações a escolas e Conselhos Tutelares sobre a obrigatoriedade de vacinação do público infantojuvenil contra a Covid-19 – MPPR
- 18/02/2022 - Educação – Reunião no MPSE apresenta Projeto de Reforma e Ampliação do Centro Educacional Vitória de Santa Maria – MPSE
- 18/02/2022 - MPTO e Município discutem providências para melhorias no sistema de ensino da capital – MPTO
- 18/02/2022 - MPDFT quer aumento do número de educadores sociais nas escolas da rede pública – MPDFT
- 17/02/2022 - MP promove webnário sobre vacinação infantil – MPBA
- 17/02/2022 - SÃO LUÍS - MPMA participa de reunião para discutir falta de vagas em escolas municipais na Cidade Operária – MPMA
- 17/02/2022 - MPMT busca atuação coordenada na fiscalização do transporte escolar – MPMT
- 17/02/2022 - Liminar: Paulista deve retomar aulas presenciais em 10 dias – MPPE
- 17/02/2022 - Serra Talhada: MPPE recomenda apresentação de cronograma e plano de ação para volta às aulas presenciais – MPPE

- 17/02/2022 - Educação: assinado, no MPRS, acordo de cooperação interinstitucional para combate à evasão escolar – MPRS
- 16/02/2022 - Justiça determina retorno das aulas presenciais em Itanhém – MPBA
- 16/02/2022 - CAOs da Violência Doméstica e da Educação elaboram roteiro de atuação – MPMT
- 16/02/2022 - Município de Acorizal se compromete a melhorar qualidade da educação – MPMT
- 16/02/2022 - MPMG requer que Município de Arinos seja obrigado a retomar aulas presenciais nas redes pública e privada de ensino – MPMG
- 16/02/2022 - MPPI realiza audiência extrajudicial com secretário estadual de Educação e cobra adiantamento do retorno às aulas presenciais – MPPI
- 16/02/2022 - NaMoral: MPDFT apresenta projeto a secretarias de Educação de todo o Brasil – MPDFT
- 15/02/2022 - Reunião da Asplage apresenta ações em defesa da educação e de combate ao tráfico de drogas – MPAL
- 15/02/2022 - MP recomenda medidas aos Municípios da região de Eunápolis, Ilhéus e Paulo Afonso para assegurar vacinação infantil contra a Covid-19 – MPBA
- 15/02/2022 - Promotoria lança projeto “MP na Escola” e prevê visitas semanais – MPMT
- 15/02/2022 - Várias frentes de atuação do MPPE para garantir retorno seguro às aulas presenciais – MPPE
- 15/02/2022 - MPPE atua para o retorno às aulas presenciais nos municípios que estão apenas em aulas remotas – MPPE
- 15/02/2022 - MPPE recomenda criação de projeto de lei para intérpretes de Libras serem equiparados a professores – MPPE
- 15/02/2022 - Promotoria da Infância participa de audiência da CLDF sobre passaporte vacinal em escolas – MPDFT
- 14/02/2022 - Orobó: Promotoria requer na Justiça cumprimento de sentença para adequação do transporte escolar conforme Código de Trânsito – MPPE
- 14/02/2022 - Após intervenção do MPSC, Gaspar regulariza proteção contra incêndio de escolas e creches municipais – MPSC

- 14/02/2022 - Podcast Audiência Pública retorna com debate sobre desafios da volta às aulas com pandemia – MPPE
- 14/02/2022 - Após audiência com MPPI, COE's municipal e estadual devem apresentar em 48h documento único com orientações sobre segurança sanitária para retorno às aulas presenciais no Estado – MPPI
- 14/02/2022 - Em Campo Largo, MPPR consegue na Justiça liminar para que Município restabeleça 20 linhas de transporte escolar que haviam sido canceladas – MPPR
- 14/02/2022 - MPRJ tem atendida recomendação para retomada imediata das aulas presenciais em Valença – MPRJ
- 14/02/2022 - São Miguel do Gostoso: MPRN recomenda que Prefeitura adeque instalações em duas escolas – MPRN
- 14/02/2022 - MP intensifica atuação para efetivação de transporte escolar, educação inclusiva e atividades de reforço com retorno de aulas presenciais – MPRO
- 11/02/2022 - MP-AP participa de reunião com Prefeitura de Macapá para tratar sobre nova regulamentação da Meia Passagem Estudantil – MPAC
- 11/02/2022 - MPAM fiscaliza medidas da Semed para corrigir problemas de ventilação em três escolas de Manaus – MPAM
- 11/02/2022 - Professores da rede municipal recebem orientações do MPMT – MPMT
- 11/02/2022 - Ministério Público obtém liminar favorável a reforma de escola estadual – MPMT
- 11/02/2022 - Palestras sensibilizam pais e alunos sobre vacinação contra a Covid-19 – MPMT
- 11/02/2022 - Promotorias de CG e de Esperança querem garantir acesso de todos os alunos em escolas estaduais – MPPB
- 11/02/2022 - Recurso do Município de Sto. Amaro da Imperatriz é rejeitado e obrigação de realocar alunos de escola improvisada é mantida – MPSC
- 11/02/2022 - MPSE recomenda que Estado de Sergipe e Município de Aracaju cobrem o comprovante de cumprimento do calendário de vacinação dos alunos da faixa etária de 05 a 17 anos – MPSE
- 10/02/2022 - Porto Acre: MPAC inspeciona acessibilidade no transporte público escolar – MPAC

- 10/02/2022 - MPE ajuíza ação e juiz determina que Município de Arapiraca mantenha transporte escolar para quem estuda no Ifal, em Palmeira dos Índios – MPAL
- 10/02/2022 - Município é acionado para que reforme escola rural – MPMT
- 10/02/2022 - A pedido do MPMG, Justiça anula nomeação de vereadoras para o Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora – MPMG
- 10/02/2022 - Promotoria reúne para tratar da educação indígena e realização de concurso público – MPPA
- 10/02/2022 - Em nova reunião de negociação sobre retorno às aulas presenciais na rede pública de Teresina, MPPI orienta que COE's municipal e estadual uniformizem protocolos estabelecidos em decretos – MPPI
- 10/02/2022 - PGJ decide que cabe ao Geduc apurar medidas contra covid-19 nas escolas particulares – MPSP
- 09/02/2022 - MP ajuíza ação para Teixeira de Freitas providenciar retorno das aulas presenciais na rede pública municipal – MPBA
- 09/02/2022 - Reunião debate retorno às aulas e início do ano letivo de 2022 em Jacobina – MPBA
- 09/02/2022 - Liminar obtida pelo MPGO suspende norma de Valparaíso de Goiás que proibiu abordagem sobre ideologia de gênero em escolas do município – MPGO
- 09/02/2022 - Rede de proteção defende vacina e aposta na sensibilização dos pais – MPMT
- 09/02/2022 - PGJ-PI recomenda ao governador e aos prefeitos do Piauí que promovam adequações para o oferecimento de aulas presenciais do ano letivo de 2022 – MPPI
- 09/02/2022 - MPSP barra propagandas de escola sem autorização para funcionar em Ribeirão Preto – MPSP
- 08/02/2022 - Força-tarefa do MPAL recomenda que promotores adotem medidas em suas comarcas para cobrar vacinação infantil – MPAL
- 08/02/2022 - MPMG expede Recomendação a escola de Itaúna para combater iniciativas da entidade que promovam discriminação e preconceito – MPMG
- 08/02/2022 - Participe da cidade: MPDFT lança vídeo sobre educação inclusiva – MPDFT
- 07/02/2022 - MPMS e Governo do Estado firmam parceria para implementar o Sistema Integrado de Informações e Notificação de Busca Ativa Escolar – MPMS

- 07/02/2022 - Entrevista trata de projeto que levou pautas de direitos humanos a escolas – MPPR
- 07/02/2022 - MP obtém liminar que suspende interdição e decreta retorno de aulas presenciais em Escola em Buritis – MPRO
- 05/02/2022 - Covid-19: MP-AP recomenda ao Município de Santana, diretores de escolas e conselheiros tutelares da cidade, a adoção de medidas para a vacinação de crianças – MPAC
- 04/02/2022 - MPAC encaminha nota técnica do CNPG sobre obrigatoriedade de vacinação em crianças – MPAC
- 04/02/2022 - MPGO recomenda a prefeito de Cachoeira Dourada que não feche escola no distrito de Nilópolis – MPGO
- 04/02/2022 - Campanha “Doação de Livros” realizada pelo MPMS arrecada mais de 1.300 exemplares somente na Capital – MPMS
- 04/02/2022 - Educação: Promotoria e Secretarias Estadual e Municipal do Recife visam redução dos índices de baixa ou nenhuma escolaridade de jovens e adultos – MPPE
- 04/02/2022 - MPPI realiza audiência com a Seduc e cobra melhorias na escola Afonso Mafrense e demais unidades de ensino da Comarca de Altos – MPPI
- 04/02/2022 - MPRJ ajuíza ação para que o Município de Petrópolis anule decreto que impede alunos não vacinados de frequentarem as aulas e autoriza ensino remoto – MPRJ
- 04/02/2022 - Xavantina firma acordo com o MPSC e passará a fornecer creche para criança de até dois anos – MPSC
- 04/02/2022 - Promotoria de Justiça de Peixe orienta municípios a não condicionarem matrícula e frequência nas escolas à comprovação da vacinação – MPTO
- 03/02/2022 - MPAM expede recomendação pela obrigatoriedade de vacinação contra Covid-19 em crianças e adolescentes – MPAM
- 03/02/2022 - MPMG recomenda ao prefeito de BH retorno imediato das aulas presenciais para todas as idades – MPMG
- 03/02/2022 - MP expede recomendação sobre retorno das aulas presenciais em cinco municípios do Sertão – MPPB

- 03/02/2022 - Promotoria recomenda às Secretarias de Saúde e Educação de Bezerros a comunicação imediata de situações de violência contra crianças e adolescentes – MPPE
- 03/02/2022 - Promotora de Justiça dialoga com participantes do projeto de extensão “Seu Direito na Praça” sobre o trabalho do MPPI na defesa da educação – MPPI
- 03/02/2022 - Promotoria consegue professor auxiliar para aluno com deficiência em Várzea Paulista – MPSP
- 02/02/2022 - PGJ expede recomendação com orientações para atuação do MP em prol da vacinação infantil – MPBA
- 02/02/2022 - Vacinação infantil contra Covid-19 é tema de webinar – MPMA
- 02/02/2022 - Rio do Fogo: recomendação ministerial visa reparos em escola municipal – MPRN
- 02/02/2022 - MPSC obtém liminar que obriga Município de Sto. Amaro da Imperatriz a realocar alunos de escola que hoje funciona improvisada num galpão – MPSC
- 01/02/2022 - MP recomenda anulação de seleção ilegal de estudantes para bolsa universitária em Guanambi – MPBA

OUTRAS NOTÍCIAS

- 25/02/2022 - Busca Ativa Escolar terá mobilizadores em cada estado, a partir de março – Undime/CE
- 24/02/2022 - CNPG adere ao Pacto Nacional pela Educação, para enfrentar os impactos da pandemia na educação brasileira – CNPG
- 23/02/2022 - UNICEF apoia garantia de direitos à educação para meninos e meninas waraos – UNICEF
- 22/02/2022 - Defensoria articula com Seduc parceria para a campanha Meu pai tem nome – DPECE
- 18/02/2022 - Liberada primeira parcela da alimentação escolar – FNDE
- 10/02/2022 - MEC publica guia com orientações para oferta de cursos da Educação Profissional e Tecnológica na composição do novo Ensino Médio – MEC
- 09/02/2022 - Quase mil crianças e adolescentes da Venezuela recebem apoio para continuar a estudar em ação do UNICEF e parceiros – UNICEF
- 09/02/2022 - Decreto presidencial reformula Programa Brasil Alfabetizado – MEC

08/02/2022 - MEC lança documento de orientação para definição da oferta de Educação Profissional e Tecnológica – MEC

04/02/2022 - Clique Escola incentiva diálogo entre diretores escolares – MEC

04/02/2022 - Ministro da Educação assina Portaria do novo valor do Piso Salarial dos professores – MEC

CURSOS E EVENTOS

Lançamento do Projeto PREVINE-SE, Violência nas escolas, não!

Data: 14/03/2022

Local: Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça (Av. Gen. Afonso Albuquerque Lima, 130 - Cambéba, Fortaleza - CE, 60822-325)

Público-alvo: Sistema de Garantia de Direitos

ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

Decreto nº 10.972, de 18.02.2022 - Altera o Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, que regulamenta a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para dispor sobre a pré-seleção dos estudantes a serem beneficiados pelo Programa Universidade para Todos.

Decreto nº 10.959, de 08.02.2022 - Dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado.

Resolução nº 49, de 10.02.2022 (FNDE) - Dispõe sobre a renegociação de dívidas relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), nos termos dos § 4º do artigo 5º-A, da Lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001.

Portaria nº 67, de 04.02.2022 (MEC) - Homologar o Parecer nº 2/2022/CHEFIA/GAB/SEB/SEB, de 31 de janeiro de 2022, da Secretaria de Educação Básica desta Pasta, que apresenta o piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica pública para o ano de 2022.

JURISPRUDÊNCIA

STF – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB. RECURSOS COMPLEMENTARES REFERENTES À

CORREÇÃO DO CÁLCULO DE REPASSES FEDERAIS. RECEBIMENTO DE PRECATÓRIO. PLEITO DE INTERPRETAÇÃO NO SENTIDO DE AUTORIZAR A UTILIZAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS EM AÇÕES DE COMBATE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: IMPOSSIBILIDADE. VINCULAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS REFERENTES AO FUNDEB COM GASTOS VOLTADOS À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. PRECEDENTES. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.

Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que julgava improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, no que foi acompanhada pelos Ministros Alexandre de Moraes, Marco Aurélio, Nunes Marques, Rosa Weber e Dias Toffoli, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 25.6.2021 a 2.8.2021. Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 11.2.2022 a 18.2.2022.

(STF - ADI: 6490 PI 0098697-69.2020.1.00.0000, Relator: CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 21/02/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 24/02/2022)

TJMG – ENSINO FUNDAMENTAL – MATRÍCULA DE MENOR DE IDADE - EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - MATRÍCULA DE MENOR DE IDADE - NEGATIVA DE ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL - RESTRIÇÃO COM BASE EM FAIXA ETÁRIA - CONSTITUCIONALIDADE - RESOLUÇÃO N. 02/2018 DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO À EDUCAÇÃO CONFIGURADO. O colendo SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA fixou a tese de que é constitucional a exigência de 6 (seis) anos de idade para o ingresso no ensino fundamental (ADC n. 17 e ADPF n. 292). A Resolução n. 02/2018 do Conselho Nacional de Educação excepciona essa regra quando a criança, apesar de completar seis anos de idade após 31 de março do ano corrente, terá direito à continuidade e prosseguimento dos estudos desde que encontre matriculada e frequentando instituições educacionais de Educação Infantil (creche ou pré-escola), como verificado no caso concreto.

(TJ-MG - AC: 10000211917778001 MG, Relator: Edilson Olímpio Fernandes, Data de Julgamento: 16/02/2022, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/02/2022)

TJSP – EDUCAÇÃO INCLUSIVA – DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFESSOR AUXILIAR À CRIANÇA COM AUTISMO SEVERO - REMESSA NECESSÁRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. EDUCAÇÃO INCLUSIVA. DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFESSOR AUXILIAR A MENOR PORTADOR DE AUTISMO SEVERO. 1. Procedência parcial do pedido inicial para compelir o Estado de São Paulo a disponibilizar ao menor um profissional de apoio escolar. 2. Direito fundamental à educação que assegura aos menores portadores de deficiências atendimento educacional especializado. Inteligência do artigo 208, III, da CF; artigo 54, III, do ECA; artigos 3º, XIII, artigos 27 e 28, XVII, do Estatuto da Pessoa com Deficiência; e artigo 59, III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 3. Inexistência de indevida ingerência do Poder Judiciário no poder discricionário do Poder Público na implementação de sua política educacional, quando o intuito é dar efetividade a direitos sociais. Precedente do E. STF. Súmula nº 65 deste TJSP. 4. Possibilidade de compartilhamento do profissional com outros alunos matriculados na mesma escola. Observância do princípio da solidariedade. Precedentes desta Colenda Câmara Especial. 5. Remessa necessária desprovida.

(TJ-SP - Remessa Necessária Cível: 10047388720218260451 Piracicaba, Relator: Daniela Cilento Morsello, Data de Julgamento: 11/02/2022, Câmara Especial, Data de Publicação: 11/02/2022)

TJMG – EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSOR DE APOIO – CRIANÇA COM MICROCEFALIA E ATRASO MENTAL

- EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO - CONHECIMENTO DE OFÍCIO - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - CRIANÇA - ATRASO MENTAL - MICROCEFALIA - PROFESSOR DE APOIO - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIO - MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA - EDUCAÇÃO - DIREITO CONSTITUCIONAL - POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO - ATENDIMENTO EXCLUSIVO - MENOR - PERÍODO QUE ESTIVER MATRICULADO NA REDE ESTADUAL. - A educação especial passou a ser oferecida como um serviço complementar à escolarização regular e não mais em caráter substitutivo - Restando demonstrado que a criança necessita de profissional de apoio no ambiente escolar, para desenvolver e estimular suas habilidades cognitivas, deve o Estado de Minas Gerais adotar as medidas cabíveis para viabilizar o acompanhamento especializado durante todo o período em que o infante estiver matriculado na rede pública estadual - Em caso de descumprimento de ordem judicial, deve ser limitada a aplicação de multa diária, de modo a não acarretar enriquecimento ilícito pela parte autora.

(TJ-MG - AC: 10480200016248001 Patos de Minas, Relator: Carlos Levenhagen, Data de Julgamento: 10/02/2022, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/02/2022)

TJMG – TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO – ALUNO DA APAE MUNICIPAL – PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - MUNICÍPIO - TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO - ALUNO DA APAE MUNICIPAL - PESSOA COM DEFICIÊNCIA - DIREITO À EDUCAÇÃO - RESPONSABILIDADE DO ESTADO - SENTENÇA CONFIRMADA Como cediço, a educação constitui direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser adotadas medidas capazes de incentivá-la e garanti-la, prioritariamente, a teor do art. 205, CF. Especialmente, nos termos do art. 208, III, CF/88 e do art. 54, II, do ECA, é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado à pessoa com deficiência. O transporte escolar constitui um dos meios disponíveis para a efetivação do acesso à educação, representando verdadeira prerrogativa jurídica indisponível, assegurada aos educandos pela própria Constituição da República. Compete ao Município garantir transporte escolar gratuito a menor, hipossuficiente, portador de deficiência, matriculado em APAE municipal, não atendido pelos veículos atualmente disponibilizados, sob pena de se inviabilizar o acesso à educação e ao desenvolvimento.

(TJ-MG - AC: 10701190061948001 Uberaba, Relator: Geraldo Augusto, Data de Julgamento: 22/02/2022, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/02/2022)